



DO ESTÁGIO AO EMPREGO: MÉTRICAS DE IMPACTO PARA UM CURRÍCULO INOVADOR EM ADMINISTRAÇÃO

Resumo

Este estudo analisa a gestão de talentos em formação no Curso de Administração do CEFET/RJ, buscando compreender como a vivência de estágio impulsiona a inovação curricular e a empregabilidade dos estudantes. O objetivo central foi mapear o perfil dos discentes estagiários e avaliar a relação entre a formação acadêmica e as demandas do mercado de trabalho, oferecendo subsídios para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso. Utilizou-se abordagem mista, de caráter descritivo, com aplicação de dois questionários a 201 alunos regularmente matriculados, incluindo estagiários, estudantes empregados e não inseridos profissionalmente. Os dados, coletados de forma eletrônica e presencial, foram tratados por estatística descritiva e análise qualitativa. Os resultados revelam que a maioria dos estudantes inicia estágios não obrigatórios antes da exigência curricular, com predominância em empresas privadas e áreas administrativas tradicionais, carga horária média de seis horas e bolsas entre R\$1.001 e R\$2.000. Observou-se forte desejo de efetivação, mas percepção moderada de oportunidades reais, além de aplicação apenas parcial dos conteúdos acadêmicos na prática profissional. Conclui-se que o estágio é elemento estratégico para o desenvolvimento de competências técnicas e socioemocionais e para o alinhamento entre teoria e prática, reforçando a necessidade de ajustes curriculares e de parcerias institucionais que ampliem a empregabilidade e favoreçam a formação inovadora dos futuros administradores.

Palavras-chave: gestão de talentos; estágio; inovação curricular; empregabilidade; Administração.

1 INTRODUÇÃO

A formação de administradores exige, de maneira crescente, a integração entre teoria e prática, condição essencial para o desenvolvimento de competências compatíveis com as demandas de um mercado de trabalho dinâmico, competitivo e em constante transformação. Nesse contexto, o estágio – seja ele curricular ou não curricular – assume papel estratégico, pois proporciona ao estudante experiências reais de gestão, a aplicação do conhecimento adquirido em sala de aula e a ampliação de habilidades técnicas e socioemocionais indispensáveis ao exercício profissional.

Entretanto, conhecer de forma precisa o perfil dos estagiários, suas áreas de atuação, expectativas e desafios permanece como um ponto crítico para que os cursos de Administração alinhem o processo formativo às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e às exigências contemporâneas do setor produtivo. A análise dessas informações é fundamental para orientar práticas pedagógicas inovadoras, fortalecer a empregabilidade e garantir que o currículo responda às novas demandas organizacionais.

Nesse cenário, este estudo justifica-se por oferecer subsídios concretos à inovação curricular e ao aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ). A investigação contribui para a construção de estratégias



institucionais que aproximem a academia do mercado de trabalho, ampliando as oportunidades de inserção profissional e favorecendo o desenvolvimento de competências em sintonia com as transformações econômicas e sociais.

A questão central de pesquisa consiste em identificar qual é o perfil dos estagiários do Curso de Administração do CEFET/RJ e como sua experiência prática reflete a integração entre formação acadêmica e mercado de trabalho. Para respondê-la, definiu-se como objetivo geral mapear as características desses estudantes e analisar de que modo o estágio, obrigatório ou não, contribui para a inovação curricular, gerar subsídios para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso e para a preparação profissional dos futuros administradores.

O estudo está delimitado ao Campus Maracanã e ao período letivo de 2025.1, contemplando alunos em diferentes situações de inserção profissional, incluindo estagiários, estudantes empregados e aqueles ainda sem vínculo de trabalho. Os resultados pretendem fornecer um diagnóstico que fortaleça a articulação entre teoria e prática, sustente ajustes no PPC e potencialize a formação de administradores capazes de atuar de forma inovadora e alinhada às necessidades do mercado contemporâneo. Este artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2 apresenta-se o referencial teórico; na seção 3, a metodologia empregada; na seção 4, os resultados e a análise dos dados; e na seção 5, as conclusões e contribuições do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A presente fundamentação teórica aprofunda os conceitos, marcos legais, agentes e dimensões pedagógicas que estruturam o estágio supervisionado como eixo integrador entre ensino e prática profissional, elemento essencial na formação do administrador. O objetivo é fornecer uma base sólida para compreender e analisar o perfil dos estagiários do Curso de Administração do CEFET/RJ, situando a pesquisa em um contexto histórico, normativo e educacional mais amplo.

2.1 Evolução Histórica e Marcos Legais do Estágio

O estágio acadêmico tem raízes históricas ligadas à necessidade de aproximar a educação formal da realidade do trabalho. No Brasil, seus primeiros registros remontam ao século XIX, quando a Escola Normal incorporou atividades práticas à formação docente, estabelecendo o princípio de que a aprendizagem se fortalece pela vivência concreta (Martins & Curi, 2019). A partir de 1946, o estágio supervisionado foi instituído de forma unificada, inicialmente restrito à área da educação, e, em 1962, tornou-se obrigatório para cursos de formação



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



de professores, influenciando outras áreas de conhecimento. Essa evolução reflete a compreensão, já presente em teóricos da educação como Dewey (1938), de que a experiência é base para a construção do saber.

Com a expansão do ensino superior e o fortalecimento das demandas de mercado, o estágio se consolidou como prática indispensável em diferentes formações profissionais, especialmente em Administração, área que exige competências gerenciais, capacidade analítica e compreensão sistêmica das organizações. O marco regulatório atual é a Lei nº 11.788/2008, que define o estágio como “ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo”. A norma estabelece direitos e deveres de estudantes, instituições de ensino e empresas concedentes, fixando critérios para carga horária (máximo de seis horas diárias), recesso remunerado, acompanhamento por professor orientador e concessão obrigatória de bolsa e auxílio-transporte em estágios não obrigatórios.

Recentemente, a Lei nº 14.913/2024 reforçou dispositivos de fiscalização e aprimorou a transparência dos contratos, evidenciando a preocupação do legislador com a proteção do estudante e com a qualidade formativa da experiência prática. Os marcos legais, aliados a orientações do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, consolidam o estágio como componente curricular indispensável, cujo objetivo vai além da simples inserção no mercado, sendo parte estruturante do processo pedagógico.

2.2 Conceito, Tipologia e Contribuições do Estágio

A legislação e a literatura acadêmica convergem ao definir o estágio como atividade educacional planejada, orientada e supervisionada, realizada em ambiente profissional para complementar a formação do estudante. Segundo Brasil (2008), trata-se de experiência que possibilita a aplicação dos conhecimentos teóricos, o desenvolvimento de habilidades específicas e a construção de atitudes profissionais, em linha com o tripé “saber, saber fazer e saber ser” previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) de Administração (Resolução CNE/CES nº 5/2021).

Distinguem-se duas modalidades principais: estágio obrigatório e estágio não obrigatório. O primeiro é requisito para a conclusão do curso e integra o Projeto Pedagógico, garantindo a vivência mínima exigida para a obtenção do diploma. Já o estágio não obrigatório, de caráter opcional, permite ao estudante antecipar sua inserção no mercado, acumular experiência e ampliar sua rede de contatos, frequentemente gerando oportunidades de efetivação e renda. Em ambos os casos, o estágio desempenha papel fundamental no desenvolvimento de competências técnicas, no aperfeiçoamento de habilidades socioemocionais e na formação de identidade profissional (Bianchi & Pereira, 2020).

Autores como Kolb (1984) reforçam a importância da aprendizagem experiencial, na qual o conhecimento se constrói a partir da vivência concreta, seguida de reflexão, conceitualização e experimentação. Essa perspectiva se alinha ao entendimento de que o estágio não é apenas aplicação mecânica de teorias, mas um



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



processo de aprendizagem contínua, em que o estudante observa, experimenta, avalia e internaliza práticas profissionais.

2.3 Agentes de Integração e Redes de Parceria

A efetivação do estágio depende de uma rede de atores que garante a qualidade da experiência formativa. Entre esses agentes, destacam-se os órgãos de integração, como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a Fundação Mudes e o Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET). Essas instituições atuam como mediadoras entre estudantes, instituições de ensino e empresas concedentes, divulgando vagas, formalizando contratos, acompanhando o cumprimento da legislação e assegurando condições adequadas de aprendizagem.

Além dos agentes externos, a instituição de ensino exerce papel central. Cabe a ela definir diretrizes, acompanhar os planos de estágio, designar professores orientadores e avaliar o desempenho do estudante, garantindo que as atividades desenvolvidas estejam coerentes com o currículo e com as competências previstas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC). No caso da Administração, a coordenação do curso tem ainda a função de articular parcerias estratégicas com organizações públicas e privadas, criando um ecossistema que favoreça oportunidades de estágio em diferentes segmentos de mercado. A participação ativa de empresas concedentes é igualmente relevante. Elas oferecem o ambiente de aprendizagem e, ao mesmo tempo, se beneficiam do ingresso de jovens talentos que trazem novas ideias e atualizações conceituais. Essa relação simbiótica, quando bem estruturada, resulta em ganhos para todas as partes: estudante, instituição de ensino e organização contratante.

2.4 O Estágio na Formação do Administrador

No campo da Administração, as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CES nº 5/2021) reconhecem o estágio como eixo formativo que integra ensino, pesquisa e extensão, reforçando o desenvolvimento de competências analíticas, gerenciais e éticas. O documento destaca que o egresso deve demonstrar domínio de conteúdos, habilidades para aplicar técnicas de gestão e atitudes que expressem responsabilidade social e visão sistêmica das organizações. Nesse sentido, o estágio supervisionado torna-se oportunidade concreta para que o estudante vivencie a complexidade dos processos organizacionais, compreenda a cultura corporativa e exercite a tomada de decisão em ambientes reais. Estudos de Bianchi e Pereira (2020) indicam que a experiência de estágio contribui significativamente para a empregabilidade, pois



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



amplia a rede de contatos, desenvolve habilidades de comunicação, liderança e trabalho em equipe, além de permitir a identificação de áreas de interesse para atuação profissional.

A abordagem de aprendizagem ativa, defendida por autores como Prince (2004), reforça que o envolvimento direto do estudante em situações práticas favorece a retenção de conhecimento e a formação de competências críticas. No estágio, essa aprendizagem se dá pela solução de problemas, pela adaptação a ambientes dinâmicos e pela necessidade de integrar conhecimentos multidisciplinares.

Assim, o estágio em Administração não apenas complementa o currículo, mas configura-se como experiência decisiva para o desenvolvimento do perfil profissional, contribuindo para o alinhamento entre teoria acadêmica e práticas de mercado e fortalecendo a capacidade de inovação curricular das instituições de ensino.

A revisão da literatura demonstra que o estágio é um instrumento educacional multifacetado, que combina fundamentos legais, práticas pedagógicas e parcerias institucionais. Sua evolução histórica, a regulamentação atual, a participação de agentes de integração e sua centralidade nas DCNs de Administração evidenciam que a análise do perfil de estagiários do CEFET/RJ não apenas cumpre um objetivo acadêmico, mas oferece subsídios estratégicos para aprimorar o Projeto Pedagógico do Curso e ampliar a inserção qualificada dos futuros administradores no mercado de trabalho.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa utilizou uma abordagem mista, de natureza descritiva e exploratória, combinando técnicas quantitativas e qualitativas para compreender o perfil dos estagiários do Curso de Administração do CEFET/RJ e a relação entre formação acadêmica e inserção profissional. A opção por esse desenho metodológico se fundamenta em Gil (2017), que recomenda a combinação de métodos para estudos que buscam, simultaneamente, quantificar fenômenos e interpretar percepções.

Trata-se de um estudo de campo, conforme definido por Vergara (2016), realizado com estudantes regularmente matriculados no primeiro semestre de 2025. A população-alvo contemplou três grupos distintos: discentes em estágio (obrigatório ou não), alunos empregados em regime formal (CLT, estatutário ou MEI) e estudantes ainda sem inserção profissional. Essa segmentação permitiu captar diferentes estágios de inserção no mercado, atendendo ao propósito de mapear a diversidade de experiências formativas.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas complementares. A primeira, conduzida no segundo semestre de 2024, aplicou um formulário eletrônico desenvolvido na plataforma Microsoft Forms, encaminhado via e-mail institucional e grupos de comunicação do curso. Devido à baixa adesão inicial (30 respostas), realizou-se, entre 31 de março e 21 de maio de 2025, uma coleta presencial com formulários impressos, aplicada em sala de aula em todos os períodos do curso. Essa estratégia elevou a participação para 201 respostas válidas,



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



correspondendo a 64,21% do total de alunos matriculados, garantindo maior representatividade da amostra (Babbie, 2010). Dois questionários estruturados serviram como instrumentos principais: (i) Formulário Estagiário, destinado a alunos em estágio, contemplando dados acadêmicos, características do estágio, condições de trabalho, benefícios, aplicação de conteúdo do curso e expectativas de efetivação; (ii) Formulário CLT/MEI/Estudante, direcionado a alunos empregados formalmente ou sem inserção profissional, para mapear experiências de trabalho, aspirações de estágio e participação em processos seletivos.

Os dados foram digitalizados e organizados em planilhas no Microsoft Excel e analisados por estatística descritiva, permitindo a elaboração de gráficos e tabelas que evidenciam frequências e tendências, conforme orienta Hair et al. (2019). Em complemento, realizou-se interpretação qualitativa dos resultados, relacionando-os ao referencial teórico e às Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração (Resolução CNE/CES nº 5/2021), a fim de compreender nuances das experiências discentes e oferecer subsídios para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso. Essa metodologia, fundamentada em autores clássicos de pesquisa aplicada (Gil, 2017; Babbie, 2010; Hair et al., 2019), assegurou rigor analítico e fidedignidade, permitindo integrar dados numéricos e percepções subjetivas em um retrato abrangente do estágio como eixo formativo essencial.

4 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta, de forma detalhada, os achados da pesquisa realizada com os alunos do Curso de Administração do CEFET/RJ no semestre 2025.1. Os resultados são organizados por eixos temáticos, antecedidos de contextualização, com dados quantitativos, tabelas de frequência e interpretação à luz da literatura revisada e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs/2021). Todos os números derivam do banco de dados da pesquisa aplicada presencial e eletronicamente, que totalizou 201 respostas válidas, representando 64,21% dos estudantes regularmente matriculados. Esta seção apresenta, de forma detalhada, os achados da pesquisa realizada com os alunos do Curso de Administração do CEFET/RJ no semestre 2025.1. Os resultados são organizados por eixos temáticos, antecedidos de contextualização, com dados quantitativos, tabelas de frequência e interpretação à luz da literatura revisada e das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs/2021).



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



Todos os números derivam do banco de dados da pesquisa aplicada presencial e eletronicamente, que totalizou 201 respostas válidas, representando 64,21% dos estudantes regularmente matriculados.

4.1 Perfil da Amostra e Inserção no Mercado

O primeiro passo foi identificar a situação profissional dos participantes para compreender o estágio de inserção no mercado de trabalho. A Tabela 1 resume a distribuição dos alunos entre as principais categorias ocupacionais.

Tabela 1 – Situação atual dos estudantes

Situação profissional	Número de alunos	% do total
Somente estudando	100	49,8
Estagiando (obrigatório ou não obrigatório)	72	35,8
Empregados CLT/estatutário	16	7,9
Empreendedor/MEI	13	6,5
Total	201	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os dados indicam que quase metade dos alunos (49,8%) ainda não possui vínculo profissional, enquanto 35,8% já estão em estágio. Essa diversidade de trajetórias confirma que a transição gradual da escola para o trabalho, prevista nas DCNs de Administração, é uma realidade do curso. Além disso, a presença de empreendedores (6,5%) reforça a necessidade de conteúdos ligados ao empreendedorismo e inovação.

4.2 Características dos Estágios

Entre os 72 alunos que informaram estar estagiando, foi possível detalhar o tipo, o setor de atuação e a jornada. A Tabela 2 apresenta esses resultados codificado por categorias.

Tabela 2 – Configuração dos estágios

Variável	Categoria	Nº de alunos	% do total de estagiários
Tipo	Não obrigatório	48	66,7
	Obrigatório	24	33,3
Setor	Privado	53	73,6
	Público	19	26,4
Jornada diária	6 horas	56	77,8
	4 horas	16	22,2

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Percebe-se o predomínio do estágio não obrigatório (66,7%), evidenciando que muitos estudantes antecipam o ingresso no mercado antes da exigência curricular. A forte presença no setor privado (73,6%) indica que a



maior oferta de oportunidades ocorre em empresas particulares, fato alinhado ao perfil do mercado de trabalho brasileiro, onde o setor privado concentra vagas de formação gerencial. A jornada de 6 horas cumpre o limite legal previsto na Lei nº 11.788/2008 e confirma que a maioria vivencia rotinas compatíveis com o estágio.

4.3 Áreas de Atuação e Benefícios

Para entender a relação entre o curso e o campo de atuação, foi levantado o departamento ou área em que os estagiários exercem suas funções. Observou-se concentração em Administração Geral, Finanças/Contabilidade e Marketing/Comercial, representando juntos mais de 70% das respostas. Tal padrão confirma que os estágios se vinculam a funções generalistas, etapa típica de “experiência concreta” no ciclo de aprendizagem de Kolb, na qual o estudante experimenta diferentes funções antes de se especializar. No que se refere à remuneração e aos benefícios, a Tabela 3 apresenta a distribuição das bolsas-auxílio.

Tabela 3 – Faixa de bolsa-auxílio recebida pelos estagiários

Faixa de bolsa (R\$)	Nº de alunos	% do total de estagiários
Até 700	5	6,9
701 a 1.000	12	16,7
1.001 a 2.000	35	48,6
2.001 a 3.000	12	16,7
Acima de 3.000	8	11,1

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

A maior concentração (48,6%) na faixa de R\$ 1.001 a R\$ 2.000 demonstra remuneração compatível com o mercado de estágios em grandes centros urbanos, enquanto 27,8% recebem acima de R\$ 2.000, indicando oportunidades mais competitivas. Quase todos relatam vale-transporte e vale-refeição; uma parcela menciona plano de saúde ou odontológico, sinalizando que algumas empresas já equiparam benefícios de estagiários aos de colaboradores efetivos

4.4 Aplicação do Conhecimento e Expectativas de Efetivação

Quanto à transferência do aprendizado acadêmico, a maioria dos estagiários afirmou aplicar, total ou parcialmente, os conteúdos do curso em suas atividades diárias. Essa evidência reforça o papel do estágio como *locus* de aprendizagem ativa, defendido por Kolb (1984) e previsto nas DCNs/2021.

Em relação à efetivação, 84% declararam forte desejo de permanecer na organização após a conclusão do curso, mas apenas 41% percebem alta probabilidade de contratação. Essa diferença entre desejo e expectativa



real aponta a necessidade de parcerias institucionais mais robustas para facilitar a transição de estágio para emprego.

Entre os 29 alunos que já atuam fora da modalidade de estágio, identificou-se: (i)Áreas de atuação: Marketing/Comercial (38%), Finanças/Contabilidade (27%), Gestão de Pessoas (14%), outros setores (21%); (ii)Cargos predominantes: Assistente, Analista e funções administrativas de nível inicial. (iii)Compatibilidade com o curso: Embora todos reconheçam utilidade da formação, apenas 33% consideram que o cargo atual exige plenamente as competências de um administrador graduado. Esses resultados revelam trajetórias de transição típicas, nas quais o estudante assume funções de entrada enquanto consolida competências, em consonância com a perspectiva de que a empregabilidade plena ocorre de forma progressiva.

Entre os 100 alunos que ainda não trabalham, 72% declararam inscrição ativa em processos seletivos e 65% priorizam empresas de grande porte como meta profissional. O maior volume de candidatos encontra-se no 5º período, fase em que a coordenação do curso recomenda a busca de estágio. Esse dado confirma que a intenção de inserção precoce é forte e que há alinhamento com estratégias de empregabilidade, reforçando a importância de oficinas de carreira e de treinamento em entrevistas.

4.5 . Discussão dos resultados

Os resultados obtidos permitem uma leitura mais ampla sobre a formação profissional e a empregabilidade dos alunos de Administração do CEFET/RJ, oferecendo insumos valiosos para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e para a construção de estratégias institucionais de aproximação com o mercado de trabalho. Ao relacionar os achados com a literatura e com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs/2021), é possível compreender de que maneira o estágio se consolida como eixo estruturante da aprendizagem ativa, favorecendo a transição entre teoria e prática.

Em primeiro lugar, a antecipação do estágio não obrigatório, identificada em dois terços dos estudantes que já atuam, revela um movimento proativo dos discentes em buscar experiência profissional antes mesmo da exigência curricular. Esse comportamento reforça o que Kolb (1984) denomina de “experiência concreta” no ciclo da aprendizagem, em que a prática real impulsiona a consolidação do conhecimento. Para a instituição, esse dado indica a necessidade de oferecer projetos integradores e atividades práticas já nos períodos intermediários, garantindo que o currículo dialogue com essa demanda e fortaleça a integração entre sala de aula e mercado.

Em segundo lugar, a concentração em áreas generalistas – Administração Geral, Finanças/Contabilidade e Marketing – confirma a importância de uma formação ampla e multidisciplinar, característica valorizada pelas DCNs. Contudo, a mesma evidência sugere a oportunidade de criação de trilhas de especialização ou



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



disciplinas optativas em nichos estratégicos, permitindo que os estudantes direcionem sua carreira a setores de maior interesse ou carência de profissionais.

Outro ponto de destaque é a diferença entre o alto desejo de efetivação (84%) e a expectativa real mais moderada (41%). Essa discrepância indica que, embora o estágio cumpra sua função de preparação, as oportunidades de transição para o emprego formal ainda são limitadas. A literatura sobre empregabilidade aponta que a ponte entre estágio e trabalho efetivo é fortalecida por parcerias institucionais robustas, convênios com empresas e programas de trainee, recomendando que o curso amplie ações de networking, mentorias e acordos de cooperação com organizações parceiras.

A remuneração e os benefícios competitivos observados – com quase metade recebendo entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000 e 27,8% acima de R\$ 2.000 – evidenciam maturidade do mercado de estágio e valorização da mão de obra discente. Ainda assim, relatos ocasionais de extrapolação da jornada alertam para a importância de monitoramento institucional contínuo, a fim de garantir que a experiência mantenha seu caráter educativo, evitando desvio de função ou sobrecarga de trabalho.

Os dados analisados reforçam que o estágio é mais do que um requisito curricular: trata-se de um instrumento pedagógico e estratégico, fundamental para o desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e sociais, em consonância com as DCNs/2021. A compreensão detalhada do perfil dos estagiários possibilita ao CEFET/RJ alinhar seu currículo à realidade do mercado, fortalecer a empregabilidade dos futuros administradores e ampliar o impacto social de sua formação acadêmica

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo mapear o perfil dos estagiários do Curso de Administração do CEFET/RJ, analisando suas áreas de atuação, condições de trabalho, nível de satisfação e percepções sobre a aplicação do conhecimento acadêmico, de modo a oferecer subsídios para o aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). A pesquisa concentrou-se no Campus Maracanã e no período 2025.1, contemplando alunos em estágios obrigatórios e não obrigatórios, bem como estudantes empregados ou ainda sem inserção profissional.

Os resultados evidenciaram que 35,8% dos discentes já estagiam, com predominância de estágios não obrigatórios e forte presença em empresas privadas e áreas administrativas tradicionais. A maioria cumpre jornada de seis horas, recebe bolsa-auxílio entre R\$1.001 e R\$2.000 e relata aplicação parcial ou total dos conteúdos do curso em suas atividades, o que confirma o estágio como elemento essencial para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais. Observou-se, porém, uma lacuna entre o alto desejo de efetivação (84%) e a percepção de oportunidade real (41%), indicando a necessidade de ampliar



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



parcerias institucionais para fortalecer a transição do estágio para o emprego formal. Do ponto de vista teórico, a pesquisa reforça a literatura sobre aprendizagem experiencial (Kolb) e valida as Diretrizes Curriculares Nacionais, que preveem a integração entre teoria e prática. Em termos práticos, fornece dados objetivos para a revisão do PPC, permitindo ajustes curriculares, criação de trilhas de especialização e maior aproximação com empresas e agentes de integração. Como contribuição social, o estudo oferece diagnóstico real que pode orientar políticas públicas e ações de empregabilidade para jovens universitários.

Entre as limitações, destacam-se o recorte geográfico restrito ao Campus Maracanã e o período único de coleta, que não contemplam variações sazonais ou comparações com outras instituições. Para pesquisas futuras, recomenda-se ampliar a amostra para outros campi do CEFET/RJ, realizar análises longitudinais e investigar, em maior profundidade, a relação entre competências desenvolvidas no estágio e desempenho profissional após a graduação. O estudo confirma que o estágio obrigatório ou não é eixo estruturante da formação do administrador, fortalecendo a empregabilidade e orientando a instituição para um currículo mais conectado às demandas do mercado de trabalho e às exigências da sociedade contemporânea.

6 REFERÊNCIAS

BLAIOTTA, Camilla F. B.; PINTO, Eduarda N. M.; JORGE, Roberta M. M. *Análise dos egressos do curso de graduação de Administração do CEFET/RJ*. 2024. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 9 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; institui o Microempreendedor Individual – MEI e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm. Acesso em: 4 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para incluir as pessoas com deficiência no sistema de reserva de vagas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.913, de 28 de março de 2024. Altera a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, para dispor sobre a prorrogação da duração do estágio e sobre a concessão de recesso remunerado no



CRA-DF

Conselho Regional de
Administração do Distrito Federal



caso de o estagiário ser pessoa com deficiência. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2024/Lei/L14913.htm. Acesso em: 13 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 3.534, de 26 de novembro de 2003. Reconhece, pelo prazo de dois anos, o curso de Administração Industrial, bacharelado, ministrado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 232, p. 135, 28 nov. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. Portaria nº 473, de 22 de novembro de 2011. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 nov. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Cadastro e-MEC: Administração – CEFET/RJ. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/>.

Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL ESCOLA. *Lei de cotas: o que é, como funciona e quem tem direito*. Disponível em: <https://vestibular.brasilecola.uol.com.br/cotas/lei-das-cotas.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. *Projeto pedagógico do curso de Administração*. Rio de Janeiro: CEFET/RJ, 2021. Disponível em: <https://www.cefet-rj.br/attachments/article/2551/PPC%202017%20VF.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025.

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola. *Conheça o CIEE*. Disponível em: <https://www.ciee.org.br/portal/institucional/conheca-o-ciee/index.htm>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ISBET – Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento. *Quem somos*. Disponível em: <https://isbet.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARTINS, Priscila Bernardo; CURI, Edda. Estágio curricular supervisionado: uma retrospectiva histórica na legislação brasileira. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 13, n. 2, p. 689-701, maio/ago. 2019.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poiesis*, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2005/2006.

